



DESVENDANDO A POBREZA MENSTRUAL: IMPACTOS NA SAÚDE FEMININA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Mariana Carvalho dos Santos¹, Giullia Camila Bortoto², Maria Ligia Ganacim Granado Rodrigues Elias³

¹Acadêmica do Curso de Medicina, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar - UNICESUMAR. Pesquisadora PIVIC/ICETI-UniCesumar. mariana_santos2@alunos.unicesumar.edu.br

²Acadêmica do Curso de Medicina, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar - UNICESUMAR. Pesquisadora PIVIC/ICETI-UniCesumar. giulliabortoto@alunos.unicesumar.edu.br

³Orientadora, Doutora em Ciência Política, Docente do Programa de Pós Graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações. Pesquisadora Iceti. Universidade Cesumar - UNICESUMAR Maria.el@unicesumar.edu.br

RESUMO

A pobreza menstrual é um entrave multidimensional que afeta todos os países e envolve questões como infraestrutura, renda e falta de informação, podendo causar problemas sociais e físicos nas mulheres que são acometidas por ele. O objetivo geral deste trabalho é analisar as iniciativas públicas voltadas para a promoção da dignidade e educação menstrual no Brasil, a fim de identificar seus principais avanços, limitações e desafios. Sendo assim, a metodologia aplicada será a revisão bibliográfica e documental de análise das iniciativas públicas voltadas para a promoção da dignidade e educação menstrual no Brasil. O resultado esperado é que com a coleta de dados através da literatura científica, possamos fazer uma análise das iniciativas públicas existentes no Brasil voltadas para a pobreza menstrual, bem como a identificação dos avanços dessas campanhas, suas limitações e seus principais desafios.

PALAVRAS-CHAVE: Menstrual; Mulheres; Saúde.

1 INTRODUÇÃO

A pobreza menstrual é definida como um entrave multidimensional que envolve problemas de infraestrutura, como saneamento básico, baixa renda e o não conhecimento do ciclo menstrual, e isso é o retrato da desigualdade social do Brasil e de outros países. Essa falta de infraestrutura, não se limita a água potável, englobando também a carência de produtos para a higiene das partes íntimas durante o período menstrual e a substituição adequada do absorvente durante o fluxo menstrual. Além disso, a baixa renda é uma das motivadoras desse desafio mundial, tornando-o um problema de saúde pública, uma vez que essas mulheres, ao não terem acesso a materiais apropriados para a coleta desse sangue menstrual, acabam utilizando objetos inadequados, como sacolas e folhas de papéis, o que pode ocasionar infecções e riscos à saúde.

Analizando pela perspectiva dos problemas de saúde que a pobreza menstrual pode ocasionar nas mulheres, temos infecções por bactérias que são devido ao uso de materiais inapropriados para conter o fluxo sanguíneo, dentro dessas infecções temos aquelas que afetam o trato urinário e a vaginose bacteriana. Ainda, podemos ter inflamações recorrentes como as vulvovaginites e a candidíase, que são comuns e quando estes não são tratados de forma correta, pode trazer um agravamento ao caso, e somado a tais inflamações a mulher que está em situação de pobreza menstrual pode desenvolver outras enfermidades que podem levar essa paciente a óbito.



Desse modo, é necessário políticas públicas para suprir essa falta de infraestrutura e desinformação, já que causa frustrações mensais para as mulheres que vivem nessa pobreza menstrual. Assim, esse trabalho visa analisar as políticas públicas citadas na literatura e ver se elas estão sendo aplicadas de maneira eficaz e abrangente, além de analisar os desafios dessas implementações e discutir os impactos que a pobreza menstrual causa na saúde das pessoas menstruantes.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A metodologia dessa pesquisa empregará a revisão documental para analisar textos governamentais e internacionais, que abordam o tema da dignidade/pobreza menstrual. Além disso, para a revisão de artigos dessa pesquisa empregou critérios de identificação, seleção e análise sobre textos. Ou seja baseou-se em um protocolo de busca e seleção dos textos. Trata-se de uma pesquisa em adamento. Os termos a serem buscados nos sites acadêmicos (Pubmed e Scielo) são: Pobreza menstrual AND Brasil, Dignidade menstrual AND Brasil, Educação menstrual AND Brasil, Saúde da mulher AND pobreza menstrual, Saúde reprodutiva AND pobreza menstrual, Programas públicos AND dignidade menstrual AND Brasil, Iniciativas públicas AND educação menstrual AND Brasil, Abordagens AND estratégias AND dignidade menstrual AND Brasil, Políticas públicas AND pobreza menstrual AND Brasil.

A formação do banco de dados de artigos está em fase de elaboração, após a seleção dos artigos será realizada a análise temática, em que se identificará as principais abordagens e subtemas dentro do banco de dados da pesquisa de modo a oferecer de forma um mapeamento sobre as discussões científicas realizadas em torno do objeto de análise da pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pela análise realizada até o momento, encontra-se que O Governo Federal, por meio do Ministério da Saúde, estabeleceu o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual pela Lei nº 14.214/21, sancionada em outubro de 2021. O programa tem o objetivo de combater a precariedade menstrual e beneficiar mulheres e adolescentes em situação de pobreza extrema, estudantes de baixa renda, jovens em casas socioeducativas e aquelas cadastradas no sistema prisional. Entretanto, a lei foi vetada pelo presidente, alegando que não havia interesse público para a sua aprovação e considerando os absorventes como itens não essenciais, o que impossibilitou o estabelecimento de uma fonte de custeio para o programa. A consequência dessa negligência do Estado de não subsidiar tal material de higiene pessoal para pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, leva o improviso de materiais que contenha o fluxo sanguíneo, muitas vezes de forma inadequada como jornais e miolos de pão. Isso é devido a alta taxa desse produto no Brasil, sendo um dos países que tem a maior taxa desse produto, acarretando um alto custo para a população.

O programa vetado em 221, foi regulamentado pelo Decreto de Nº 11.432 em 2021 que compete ao Ministério da Saúde, fazer prevenções da precariedade menstrual, além de promover ações de comunicação, cuidado e educação sobre a menstruação e a saúde da mulher e ainda, a facilitação da aquisição de produtos de higiene pessoal. Diante dessa perspectiva das informações sobre o ciclo menstrual, com intuito de amenizar o tabu que envolve esse tema, a UNICEF cria a cartilha “Menstruação na pandemia e outras coisinhas +”, para que profissionais de saúde abordem esse tema com adolescentes que estão nesse período biológico.



Visando a melhoria da qualidade de vida das pessoas que menstruam, a ONU (Organização das Nações Unidas), através do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) tem como pilares desse tema de pobreza menstrual a redução da desigualdade, saúde e bem-estar, igualdade de gênero, erradicação da pobreza, educação de qualidade, água potável, crescimento econômico e consumo e produção responsável.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da menstruação é envolto de questões sociais e culturais que dificultam uma abordagem ampla sobre a temática, e ainda, um entendimento de que se trata de uma questão social e de saúde. Um dos resultados esperados da pesquisa em andamento é o mapeamento e análise das iniciativas públicas existentes no Brasil voltadas para a promoção da dignidade e educação menstrual, bem como a identificação dos seus principais avanços, limitações e desafios de modo a ampliar o debate sobre o tema.

REFERÊNCIAS

BARGE, Inês Gouveia. **A gestão da higiene menstrual:** percepções sobre direitos sexuais e reprodutivos. 2018. Dissertação (Mestrado em Economia e Gestão) - Curso economia – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual,** 2022.

CASSIMIRO, João Carlos et al. Desafios no combate à pobreza menstrual: uma revisão integrativa. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 5, n. 2, p. 5181-5193, 2022.

CASSUNDÉ, Fernanda et al. Entre revisões sistemáticas e bibliométricas: como tem sido mapeada a produção acadêmica em Administração no Brasil?. **Informação & Informação**, n. 1, p. 311-334, 2018.

COSTA, Yasmin Oliveira. **Precariedade menstrual no Brasil:** uma revisão narrativa. 2022.

DE AZEVEDO BUSSINGER, Elda Coelho et al. O impacto da pobreza menstrual e da desinformação na dignidade da pessoa humana e no direito à saúde das mulheres no Brasil. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, v. 8, n. 1, p. 49-64, 2022.

DE SOUZA, Cicera Eduarda et al. **POBREZA MENSTRUAL E SEUS IMPACTOS NA SAÚDE DA MULHER: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.** 2022. Tese de Doutorado em Enfermagem –Curso de Enfermagem– Faculdade Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2022.

DUTRA, Kemyllin. **POBREZA MENSTRUAL E SEUS REFLEXOS NO ÂMBITO ACADÊMICO.** UFMS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL, 2022.

PLANALTO, BRASIL, 2023. **DECRETO Nº 11.432, DE 8 DE MARÇO DE 2023.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/decreto/D11432.htm. Acesso: 06 de julho de 2023.

SHIRAISHI, Letícia Sayuri et al. Pobreza Menstrual e Políticas Públicas no Brasil. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 2, p. 10715-10729, 2022.



UNFPA E UNICEF. POBREZA MENSTRUAL NO BRASIL DESIGUALDADES E VIOLAÇÕES DE DIREITOS, 2021.

UNICEF BRASIL, Menstruação na pandemia e outras coisinhas +: Ficar atenta às alterações do seu corpo é uma lição para a vida toda. Junho 2020.

UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância. Pobreza menstrual no Brasil: desigualdade e violação de direitos, 2021.